

A6 - O ESTADO DE S. PAULO

POLÍTICA

Dívida Pública

QUINTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 1996

ESTADOS FALIDOS

Prefeitos negociam para evitar intervenção

Mauá vai parcelar dívidas e São Caetano e Cabreúva discutem solução com credores

KÁSSIA CALDEIRA
e FAUSTO MACEDO

Os prefeitos de 11 municípios de São Paulo que tiveram intervenção decretada por falta de pagamento de dívidas judiciais iniciaram ontem uma corrida contra o tempo. Ameaçados de perder o cargo, os prefeitos estão procurando os credores para tentar um acordo de parcelamento do débito.

O governador Mário Covas deu prazo de dez dias úteis, a contar de ontem, para os prefeitos encontrarem uma solução. Caso contrário, nomeará interventores. A intervenção foi decretada pelo Tribunal de Justiça (TJ), com base em ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas que sofreram desapropriações. Durante a tramitação dos processos, as prefeituras tiveram oportunidade de contestar os valores ou renegociar as dívidas, mas não o fizeram. Agora, procuram resolver o problema antes de esgotados os dez dias. Alguns prefeitos não

estão conseguindo sensibilizar os credores e pretendem recorrer à Justiça. Outros ainda tentam negociar.

Acordo — O prefeito de Mauá, José Carlos Grecco (PSDB), por exemplo, evitou a intervenção. Ontem ele protocolou ontem no TJ o acordo que conseguiu terça-feira com os credores de três precatórios, que somam R\$ 14 milhões. “Conseguí parcelar o pagamento com os credores e paguei a primeira parcela hoje (*ontem*), por meio do tribunal.”

Segundo Grecco, por serem precatórios de desapropriações antigas — uma ocorrida há 17 anos e mais duas há 15 anos —, Mauá deve hoje quase seis vezes mais do que o valor original. “Acho que o governador fica até constrangido em determinar prazo aos prefeitos para estes pagamentos, mas é o papel dele determinado pelo tribunal.” Para ele, a cobrança por meio de precatórios “é uma injustiça com os municípios”.

O prefeito de Cabreúva, Erdno André Salviano (PMDB), disse que está tentando negociar com os credores o parcelamento dos precatórios. “É uma notícia triste para o fim da nossa gestão”, comentou.

“O governador até havia antecipa-

do em um dos nossos encontros que isso poderia ocorrer.” Segundo ele, essas dívidas são herança de administrações anteriores, quando a prefeitura desapropriou duas lagoas para doar os terrenos para a Sabesp construir estações de tratamento de esgoto.

O prefeito de São Caetano do Sul, Antônio José Dalla’Nese (PSDB), passou o dia discutindo com

secretários o que é possível fazer em dez dias. O município deve R\$ 12 milhões — nos últimos quatro anos foram depositados R\$ 2 milhões em juízo. A origem da dívida é o cancelamento do contrato de construção de um centro de recreação e esportes, no bairro de Cerâmica, em 1978.



GRECCO:
COBRANÇA POR
PRECATÓRIOS É
“INJUSTIÇA”